

(Tradução livre do original em inglês)

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**
Demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2011
e relatório dos auditores independentes



(Tradução livre do original em inglês)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
RBS Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da RBS Participações S.A. e suas controladas (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

2



RBS Participações S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

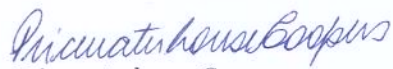
Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RBS Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 2.1 (c), a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Porto Alegre, 27 de março de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS


Carlos Alberto de Sousa
Contador CRC 1RJ056561/O-o "S" RS

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	2011	2010
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	235.661	27	Fornecedores		6.561	5.105
Títulos e valores mobiliários	8	10.134		Contas a pagar referentes a contratos de rede		35.434	28.980
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	9	47.539		Debêntures	16	19.849	
Contas a receber de clientes	10	82.298	73.195	Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		24.696	26.486
Estoques		3.462	2.407	Impostos de renda a pagar	25 (b)	4.784	164
Tributos a recuperar		716	620	Outros tributos a pagar		3.518	3.108
Partes relacionadas	11	9.759	14.805	Partes relacionadas	11	728	589
Despesas do exercício seguinte	30	10.915	6.622	Comissões e bônus a pagar		5.792	6.006
Outros		923	657	Receitas diferidas		5.876	6.072
		<u>401.407</u>	<u>98.333</u>	Dividendos propostos/a pagar		7.402	19.351
				Receita diferida - <i>royalties</i>	2.17 e 11	4.547	5.097
				Outros		6.690	3.726
Não circulante						<u>125.877</u>	<u>104.684</u>
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	9	42.303		Debêntures	16	298.391	
Impostos de renda diferidos	25 (b)	83.019	96.206	Impostos de renda diferidos	25 (b)	5.568	3.464
Depósitos judiciais	12	74	4.940	Provisões	17	855	1.818
Partes relacionadas	11	2.721	2.672	Receita diferida - <i>royalties</i>	2.17 e 11	7.686	12.233
Despesas do exercício seguinte	30	9.360	11.700	Outros		282	974
Investimentos em coligadas	13	32.494	15.634			<u>312.782</u>	<u>18.489</u>
Imobilizado	14	94.702	72.228	Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora	18		
Intangíveis	15	8.265	5.831	Capital social		20.000	20.000
		<u>272.938</u>	<u>209.211</u>	Reservas de lucros		214.775	163.472
				Ajustes de avaliação patrimonial		(129)	(253)
						<u>234.646</u>	<u>183.219</u>
				Participação dos não controladores		1.040	1.152
						<u>235.686</u>	<u>184.371</u>
Total do ativo		<u><u>674.345</u></u>	<u><u>307.544</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>674.345</u></u>	<u><u>307.544</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Demonstrações consolidadas do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

	Nota	2011	2010
Receita líquida	21 (a)	<u>484.457</u>	<u>463.570</u>
Custos operacionais	21 (b)	<u>(218.850)</u>	<u>(208.955)</u>
Lucro bruto		<u>265.607</u>	<u>254.615</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	21 (b)	(42.844)	(36.732)
Gerais e administrativas	21 (b)	(60.675)	(57.819)
Outras receitas (despesas), líquidas	21 (b)	<u>(571)</u>	<u>65</u>
		<u>(104.090)</u>	<u>(94.486)</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>161.157</u>	<u>160.129</u>
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial em coligadas, líquida	13	<u>(12.084)</u>	<u>(11.491)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	23.083	662
Despesas financeiras	23	<u>(21.412)</u>	<u>(7.847)</u>
		<u>1.671</u>	<u>(7.185)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e da participação dos não controladores		<u>151.104</u>	<u>141.453</u>
Imposto de renda e contribuição social	25 (a)	<u>(45.665)</u>	<u>(32.461)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>105.439</u>	<u>108.992</u>
Atribuível a:			
Acionistas da controladora		104.552	107.958
Participação dos não controladores		<u>887</u>	<u>1.034</u>
		<u>105.439</u>	<u>108.992</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no exercício			
Lucro básico e diluído por ação	19	<u>5,23</u>	<u>5,40</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

Atribuível aos acionistas da controladora

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial				
Em 31 de dezembro de 2009		20.000	4.000	78.503		(149)		102.354	1.140	103.494
Lucro líquido do exercício							107.958	107.958	1.034	108.992
Variação cambial de investida localizada no exterior						80		80		80
Ajuste do lucro líquido em resultado da realização de ativos financeiros disponíveis para venda						(24)		(24)		(24)
Total do resultado abrangente do exercício						(104)	107.958	107.854	1.034	108.888
Dividendos pagos (R\$ 0,75 por ação)	18 (c)						(15.000)	(15.000)	(1.022)	(16.022)
Dividendo mínimo proposto (R\$ 0,60 por ação)	18 (c)						(11.989)	(11.989)		(11.989)
Destinação do lucro líquido para reserva de retenção de lucros				80.969			(80.969)			
Em 31 de dezembro de 2010		20.000	4.000	159.472		(253)		183.219	1.152	184.371
Lucro líquido do exercício							104.552	104.552	887	105.439
Variação cambial de investida localizada no exterior						(129)		(129)		(129)
Ajuste do lucro líquido em resultado da realização de ativos financeiros disponíveis para venda						253	(253)			
Total do resultado abrangente do exercício						124	104.299	104.423	887	105.310
Dividendos pagos (R\$ 4,75 por ação)	18 (c)						(26.138)	(26.138)	(999)	(27.137)
Dividendos intermediários pagos (R\$ 4,79 por ação)	18 (c)			(26.858)				(26.858)		(26.858)
Destinação do lucro líquido para reserva de retenção de lucros				78.161			(78.161)			
Dividendos adicionais propostos				(36.660)	36.660					
Em 31 de dezembro de 2011		20.000	4.000	174.115	36.660	(129)		234.646	1.040	235.686

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(Tradução livre do original em inglês)

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas		<u>104.552</u>	<u>107.958</u>
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		11.379	11.091
Equivalência patrimonial em coligadas, líquida	13	12.084	11.491
Participação dos não controladores		887	1.034
Alienação de imobilizado		1.524	173
Ganho com investimentos	13		(300)
Ganhos em ativos financeiros		(17.476)	(267)
Juros e encargos de financiamentos e debêntures		19.839	1.727
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	11 e 23	27	5.621
Impostos de renda diferidos	25 (b)	15.291	10.731
Provisões		909	2.298
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		710	466
		<u>149.726</u>	<u>152.023</u>
Redução (aumento) no ativo			
Contas a receber de clientes		(9.813)	(391)
Estoques		(1.055)	(139)
Despesas do exercício seguinte		(1.953)	(11.676)
Depósitos judiciais		4.866	
Outros		(1.699)	(165)
		<u>(9.654)</u>	<u>(12.371)</u>
Redução (aumento) no passivo			
Fornecedores		1.456	10
Receitas diferidas		(196)	1.845
Contas a pagar referentes a contratos de rede		6.454	4.614
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros		(1.790)	(1.131)
Impostos de renda a pagar		4.620	(5.890)
Tributos a recuperar e outros tributos a pagar		314	190
Comissões e bônus a pagar		(214)	(293)
Provisões	17 (a)	(2.065)	(2.510)
Receita diferida - <i>royalties</i>		(5.097)	(5.717)
Outros		(9.060)	1.792
		<u>(5.578)</u>	<u>(7.090)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u><u>134.494</u></u>	<u><u>132.562</u></u>

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos financeiros	13	(82.500)	
Subscrição de capital de investimento			(18.120)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(29.080)	
Aquisições de intangíveis	15	(4.746)	(1.981)
Aquisições de ativo imobilizado	14	<u>(33.065)</u>	<u>(14.771)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(149.391)</u>	<u>(34.872)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures emitidas	16	298.391	
Amortização de financiamentos			(35.848)
Pagamento de juros sobre financiamentos			(1.764)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	18 (b)	(52.996)	(16.022)
Fluxos com partes relacionadas		<u>5.136</u>	<u>7.555</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>250.531</u>	<u>(97.741)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>235.634</u>	<u>(51)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27	78
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>235.661</u>	<u>27</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>235.634</u>	<u>(51)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

RBS Participações S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

- (a) A RBS Participações S.A. é uma empresa fechada. A Companhia e suas controladas pertencem a três famílias e são operadas conjuntamente com a RBS Comunicações S.A. e suas controladas.

A RBS Participações S.A. está localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente possui investimentos em transmissão de TV analógica e digital nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As suas controladas também estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- (b) As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de rádio e TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de rádio e TV são concedidas separadamente, por local. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV e 10 anos para rádio) e são renováveis mediante solicitação por um período similar. As licenças atuais da RBS Participações S.A. em Porto Alegre, Florianópolis e Caxias do Sul e da TV Coligadas de Santa Catarina S.A. já expiraram. Na época apropriada, as empresas individuais solicitaram a renovação de suas licenças. A administração acredita que as licenças para as quais a renovação foi solicitada, que ainda estão pendentes de aprovação pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que as empresas atenderam todos os requisitos necessários para essas aprovações. Enquanto esses requisitos ainda estiverem pendentes de aprovação, as empresas podem continuar a utilizar essas licenças. As licenças atuais de outras empresas combinadas expiram em várias datas até 2022. As licenças atuais em relação à transmissão de TV digital expiram em várias datas até 2016.
- (c) Através de acordos operacionais, as operações de transmissão de TV da Companhia fazem parte da maior rede de TV brasileira, a Rede Globo. Embora os contratos de rede tenham prazos limitados, esses contratos são renováveis e cada empresa tem mantido o seu relacionamento de rede continuamente por mais de 35 anos.
- (d) A Companhia mantém acordos operacionais com outras emissoras de televisão nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. As estações afiliadas independentes têm que transmitir os programas e propagandas da rede nacional e das redes regionais e têm direito às receitas de propagandas locais vendidas por elas. Em troca da programação nacional e regional, as empresas afiliadas pagam uma taxa de programação com base em sua receita líquida.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 27 de fevereiro de 2012.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.
- (b) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo.
- (c) Além dessas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia preparou demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais estão sendo apresentadas em separado.
- (d) Não há pronunciamentos ou interpretações contábeis obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Consolidação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia usa o método de contabilização de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos ou passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Por meio de um método de aquisição por aquisição, a Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. Investimentos em controladas são demonstrados ao custo menos redução ao valor recuperável. O custo é ajustado para refletir as mudanças na contraprestação decorrentes de acordos de contraprestação contingente. O custo também inclui custos diretamente atribuíveis do investimento.

O excesso da contraprestação transferida, da participação não controladora na adquirida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício como compra vantajosa.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Um resumo das principais informações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas é apresentado abaixo:

Em 31 de dezembro de 2011	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	% participação detida
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	17.468	10.914	21.031	5.595	84,14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	885	35	397	226	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(281)	804		(26)	100

Em 31 de dezembro de 2010	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	% participação detida
TV Coligadas de Santa Catarina S.A.	17.753	10.494	22.397	6.521	84,14
RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.	653	28	661	485	100
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.	(255)	804		(24)	100

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações com participações de não-controladores

A Companhia trata as transações com participações de não-controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não-controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não-controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle ou influência significativa, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado. Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

(c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, e o valor contábil é aumentado ou reduzido para reconhecer a participação do investidor no lucro ou prejuízo da investida após a data de aquisição. O investimento do grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado, e sua participação proporcional na movimentação abrangentes pós-aquisição é reconhecida em outros resultados abrangentes, juntamente com um ajuste correspondente no valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o investimento na coligada está deteriorado. Caso haja evidências de deterioração, o grupo calcula o valor da deterioração como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil, e reconhece o valor na conta "Participação no lucro (prejuízo) da coligada" na demonstração do resultado.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro resultante de transações ascendentes e descendentes entre o grupo e suas coligadas é reconhecido nas demonstrações financeiras do grupo apenas na proporção do investimento nas coligadas de investidores não relacionados

Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis das coligadas mudam quando necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.5.1 Classificação

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou predeterminados e com vencimento fixos onde a administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Caso a Companhia venda mais que uma parte insignificante dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, toda a categoria estará comprometida e será reclassificada como disponível para a venda. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para títulos listados e não listados em Bolsa, quando o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A administração da Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

Para a categoria empréstimos e recebíveis, o montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado consolidada. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado consolidada não são revertidas por meio da demonstração do resultado consolidada. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado consolidada.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve instrumentos financeiros classificáveis como instrumentos derivativos.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela publicidade referente à transmissão realizada no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

2.8 Estoques

Estoques incluem peças sobressalentes de máquinas e equipamentos e são demonstrados ao custo médio das compras, que é inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Ativos intangíveis

(a) Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(b) Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os ativos intangíveis não são reavaliados.

2.10 Imobilizado

O imobilizado inclui principalmente máquinas e equipamentos, e é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e estruturas	20 - 60
Moveis e utensílios	5 - 15
Máquinas e equipamentos	3 - 24
Veículos	2 - 5
Equipamentos de informática	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio ou ativos intangíveis não prontos para uso, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.12 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento da debênture são reconhecidas como custos da transação da debênture, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

As debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Imposto de renda

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, os passivos de imposto diferido não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de ágio e o imposto de renda diferido não é contabilizado se resultar de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda diferido é determinado usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A legislação fiscal permite que a Companhia registre e deduza um crédito de imposto de renda referente à propaganda eleitoral gratuita, como mostrado na nota 25 (a).

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de pensão

A Companhia faz contribuições para planos de pensão de contribuição definida privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Participação nos lucros e bônus

Uma obrigação referente à participação dos funcionários nos lucros é registrada nos salários e nas contribuições sociais, pois há um plano formal e os valores podem ser mensurados com segurança antes da emissão das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ordinárias ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

(i) Receita de publicidade

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando a transmissão referente ocorre.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociada pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede (nota 1 (d)). Uma porcentagem da receita bruta de publicidade, conforme definido no contrato de rede, é debitada mensalmente pela rede Globo como custos de programação.

As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas e despesas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Outras receitas

Royalties

A RBS Participações S.A. recolhe *royalties* sobre o uso de marcas comerciais de todas as empresas do Grupo RBS e coligadas, calculados a 3,5% das receitas operacionais líquidas.

Em 24 de setembro de 2004, a RBS Participações S.A. recebeu antecipadamente os *royalties* a serem incorridos pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. e Rádio Gaúcha S.A. durante os dez anos a contar de janeiro de 2005 a dezembro de 2014 e os registrou em "Receita diferida - *Royalties*". Esses valores foram calculados como valor presente líquido dos *royalties* nas receitas operacionais líquidas projetadas de cada empresa mencionada no período. Desde janeiro de 2005, a Companhia registra esses valores na demonstração de resultado, com base no fluxo de caixa descontado original projetado para cada mês.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento, e continua a decompor o desconto como receita financeira. Receita financeira ou perda (*impairment*) de contas a receber são registradas usando a taxa efetiva de juros original.

2.18 Fornecedores e demais passivos

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, considerando as disposições do estatuto social da Companhia em relação ao dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado por meio do resultado para o exercício atribuível aos acionistas não-controladores e controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no exercício referente. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores para os exercícios findos.

2.21 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Vice-Presidente Executivo.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O IASB emitiu várias normas IFRSs, alterações e interpretações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e permitiu sua adoção antecipada. A Companhia optou pela não adoção antecipada das novas normas ou alterações de normas, uma vez que elas ainda não têm pronunciamentos equivalentes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sua adoção no Brasil não é permitida. Em vista do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), espera-se que esses pronunciamentos e alterações sejam emitidos e aprovados pela CPC até a data de sua adoção obrigatória.

As seguintes normas/ interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor para períodos após 1 de janeiro de 2012, mas estão disponíveis para adoção antecipada.

- . Alteração ao IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" sobre tributos diferidos. Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda. No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda. Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração ao IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2012.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes. A principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A norma será aplicável a partir de 1 de julho de 2012.
- . IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo RBS para seus ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 10. de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção antecipada.
- . IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas". O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 - "Acordos Conjuntos". O IFRS 11 prevê uma abordagem mais realista para acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e *joint ventures*. Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. *Joint ventures* existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de *joint ventures* não é mais permitida. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.
- . IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades". O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IAS 28 (revisado em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)". O IAS 28 (revisado em 2011) requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.

O Grupo RBS ainda está avaliando o impacto das normas acima em suas demonstrações financeiras.

3 Estimativa e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Impostos diferidos

A Companhia reconhece impostos de renda diferidos ativos e passivos com base nas diferenças entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando alíquotas tributárias em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos para avaliar sua possibilidade de recuperação, levando em consideração o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado com base em um estudo da viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Companhia está atualmente envolvida em vários processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 17. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

(c) Títulos mantidos até o vencimento

A Companhia se baseia no Pronunciamento CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração para classificar ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo como mantidos até o vencimento. Essa classificação exige bastante julgamento. Ao realizar esse julgamento, a Companhia avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Vida útil do imobilizado

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. Na opinião da administração da Companhia, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gestão de risco da Companhia foi estabelecida pela administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando necessário para suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em dólares americanos nos valores abaixo, sem um instrumento para proteger contra essa exposição nessas datas.

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Importações em andamento	13.417	580
Contas a pagar	(1.567)	(400)
Outras contas a pagar (seguros)	(10)	
	<u>11.840</u>	<u>180</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, se a moeda tivesse variado cerca de 10% em relação ao dólar americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social teriam variado, para mais ou para menos, em torno de R\$ 781 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 12) para mais ou para menos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia surge de debêntures de longo prazo. As debêntures emitidas a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco do fluxo de caixa, o qual é parcialmente compensado pelo caixa mantido a taxas variáveis. Os empréstimos tomados pela Companhia a taxas fixas expõem o Grupo ao risco do valor justo associado com taxa de juros. As debêntures a taxas variáveis são remuneradas com base no CDI.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Grupo RBS. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e investimentos de curto prazo suficientes, a disponibilidade de linhas de crédito através de um valor adequado de linhas de crédito comprometidas e a capacidade de fechar posições de mercado.

O excedente de caixa é transferido para a RBS Administração e Cobrança Ltda., que funciona como um departamento de tesouraria para as empresas do Grupo RBS (Nota 11). Investimentos de curto prazo são contratados pela RBS Administração e Cobrança Ltda. seguindo uma clara política de investimentos, com limites sobre a concentração de riscos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e incluem juros.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Acima de 2 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011			
Contas a pagar referentes a contratos de rede	41.995		41.995
Debêntures	19.849	298.391	318.240
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	24.696		24.696
Comissões e bônus a pagar	5.792		5.792
Em 31 de dezembro de 2010			
Contas a pagar referentes a contratos de rede	34.085		34.085
Salários, contribuições sociais e participação dos empregados nos lucros	26.486		26.486
Comissões e bônus a pagar	6.006		6.006

(b) Identificação e avaliação de instrumentos financeiros

O risco de crédito é administrado pelo Grupo RBS. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia gerencia esses riscos procurando diversificar as transações e as contrapartes.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é determinado conforme definido no item 4.3 abaixo. Os valores reconhecidos em ativos e passivos circulantes têm liquidez imediata. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. Não havia passivo financeiro derivativo.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é administrado pelo Grupo RBS.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Estimativa do valor justo e hierarquia

A Companhia divulga o valor justo de instrumentos financeiros por nível segundo a seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços);
- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos ao valor justo pela Companhia se enquadram no Nível 2 em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2011				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	Total	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	235.661			235.661	
Títulos e valores mobiliários		10.134		10.134	
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento			89.842	89.842	
Contas a receber	82.298			82.298	
Partes relacionadas	12.480			12.480	
Passivo					
Debêntures					318.240
Contas a pagar e contas a pagar referentes a contratos de rede					41.995
Partes relacionadas					728
	<u>330.439</u>	<u>10.134</u>	<u>89.842</u>	<u>430.415</u>	<u>360.963</u>

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	27	
Contas a receber	73.195	
Partes relacionadas	17.477	
Passivo		
Fornecedores		34.085
Partes relacionadas		589
	<u>90.699</u>	<u>34.674</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Partes relacionadas		
Grupo 1	<u>12.480</u>	<u>17.477</u>
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 2	54.605	46.425
Grupo 3	27.582	26.682
Grupo 4	111	88
	<u>82.298</u>	<u>73.195</u>

- Grupo 1 - saldos com partes relacionadas
- Grupo 2 - a vencer
- Grupo 3 - vencidas de 1 a 180 dias
- Grupo 4 - vencidas há mais de 180 dias

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro	
	2011	2010
Caixa e bancos	3	27
Investimentos de curto prazo		
Fundos de investimento nacionais	208.898	
Debêntures	26.404	
Certificados de depósitos bancários	11,043	
	<u>235.313</u>	<u>27</u>

- (a) Fundos de investimento nacionais se referem a fundos públicos e privados que tem como objetivo o retorno próximo às taxas de mercado e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de 102% a.a. da taxa do CDI.
- (c) A debênture possui taxa de 103,8% a.a. da taxa do CDI.

8 Títulos e valores mobiliários

Valor justo por meio de resultado

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía ativos financeiros representados por uma debênture no valor de R\$ 10.134, com taxa de juros equivalente a 100,42% a.a. do CDI.

9 Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

	Juros	Vencimento	31 de dezembro de 2011
Certificados de depósitos bancários	103,5% a 106,05% do CDI	Até junho de 2014	52.852
Debêntures	103,8% do CDI	Até janeiro de 2012	5.244
Títulos financeiros	108% do CDI	Até julho de 2013	<u>31.746</u>
Ativo circulante			<u>89.842</u> <u>(47.539)</u>
Realizável a longo prazo			<u>42.303</u>

Estes títulos não podem ser resgatados pela Companhia antes de suas datas de vencimento.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro	
	2011	2010
Propaganda	81.983	72.857
Cheques em cobrança	69	109
Notas promissórias	625	662
Outros	356	192
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(735)	(625)
	<u>82.298</u>	<u>73.195</u>

O valor justo de contas a receber de clientes é idêntico aos valores devidos por clientes ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment* de contas a receber de clientes.

Os valores contábeis das contas a receber da Companhia são denominados em reais (R\$).

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
No início do exercício	(625)	(1.023)
Provisão para <i>impairment</i>	(710)	(466)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	7	371
Valores recuperados	593	493
No fim do exercício	<u>(735)</u>	<u>(625)</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo/(Passivo)	
	31 de dezembro de	
	2011	2010
Partes relacionadas - ativo circulante		
RBS Administração e Cobrança Ltda. (a)	9.759	14.805
Partes relacionadas - realizável a longo prazo		
Kzuka Promoções Ltda.	1.052	1.052
Rádio Educadora de Guaíba Ltda.	737	737
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	7	55
Outros	925	828
	<u>2.721</u>	<u>2.672</u>
Partes relacionadas - passivo circulante		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(241)	(219)
Televisão Bagé Ltda.	(219)	(219)
Rádio Gaúcha S.A.	(1)	(1)
Outros	(267)	(150)
Resultado de exercícios futuros - royalties - passivo circulante		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(3.939)	(4.460)
Rádio Gaúcha S.A.	(608)	(637)
	<u>(5.275)</u>	<u>(5.686)</u>
Resultado de exercícios futuros - royalties - exigível a longo prazo		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(6.552)	(10.491)
Rádio Gaúcha S.A.	(1.134)	(1.742)
	<u>(7.686)</u>	<u>(12.233)</u>
	Receitas/(despesas)	
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	2011	2010
Gerais e administrativas (reembolso) (e)		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	31.881	25.019
Rádio Gaúcha S.A.	1.581	1.166
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	385	445
RBS Empresa de TVA Ltda.	199	188
Canal Rural Produções Ltda.	1.874	1.679
Outras empresas do grupo	708	900
	<u>36.628</u>	<u>29.397</u>
Despesas operacionais, com vendas, gerais e administrativas RBS Prev - Sociedade Previdenciária (nota 24)	<u>(2.841)</u>	<u>(2.785)</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receitas/(despesas)	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Despesas financeiras		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	(27)	(5.621)
Receitas de <i>royalties</i> (nota 2.17)		
RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.	4.460	5.050
Rádio Gaúcha S.A.	637	667
Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.	353	297
RBS Empresa de TVA Ltda.	392	414
Cia. Catarinense de Rádio e TV	687	641
Rádio e TV Umbu Ltda.	443	377
RBS TV Santa Cruz Ltda.	355	350
RBS TV Santa Rosa Ltda.	214	197
Televisão Alto Uruguai S.A.	216	182
Televisão Bagé Ltda.	212	197
Televisão Chapecó S.A.	344	303
Televisão Imembuí S.A.	426	392
Televisão Tuiuti S.A.	392	395
Televisão Uruguaiana Ltda.	220	194
Televisão Rio Grande S.A.	246	211
Rede Popular de Comunicações Ltda.	471	389
Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda.	174	166
RBS TV Criciúma Ltda.	452	431
Outros	1.231	1.080
	<u>11.925</u>	<u>11.933</u>

(i) Comentários sobre transações e saldos com partes relacionadas

- (a) A RBS Administração e Cobranças Ltda. é uma parte relacionada que funciona como um departamento de tesouraria (empresa-caixa), responsável por todos os recebimentos e pagamentos através de um contrato particular de garantia, em nome das empresas do Grupo RBS. Os saldos com essa empresa não estão sujeitos à incidência de juros e são mostrados em ativo circulante porque os recursos mantidos por essa empresa em nome das empresas do grupo são prontamente disponíveis.
- (b) O empréstimo da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. está sujeito à incidência de juros de 12% a.a. Os adiantamentos para futuro aumento de capital e exigível a longo prazo não estão sujeitos à incidência de juros.
- (c) Em 22 de junho de 2007, a RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. emitiu títulos com vencimento final em junho de 2017, com incidência de juros de 11,25% a pagar em junho e dezembro de cada ano. De acordo com os termos da Oferta, os títulos têm um valor principal de R\$ 300.000 e um preço de emissão de 99,271%. Esses títulos são garantidos pela Companhia e pela Rádio Gaúcha S.A.

Em relação aos empréstimos acima, essas empresas têm que cumprir certas cláusulas restritivas. Todas essas cláusulas restritivas estão sendo cumpridas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) As receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas do Grupo RBS são alocadas entre as empresas que se beneficiam das receitas, ou incorrem as despesas, usando bases que podem não ser necessariamente as mesmas que aquelas que teriam sido aplicadas se as transações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.
- (e) A RBS Participações S.A. é reembolsada pelas despesas gerais e administrativas incorridas em nome de outras empresas do Grupo RBS. A administração do grupo RBS modificou os critérios para o cálculo dos valores a serem reembolsados, considerando a localização de cada uma das empresas. O impacto líquido dessa mudança em 2011 para a Companhia é uma redução de R\$ 1.889 no reembolso de despesas.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.629 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.288), incluindo salários e outros benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo e outros benefícios.

Em 2010, a Companhia adquiriu serviços de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração em termos e condições comerciais normais.

12 Depósitos judiciais

	31 de dezembro	
	2011	2010
Depósitos judiciais		
Processos tributários		4.866
Outros	74	74
	<u>74</u>	<u>4.940</u>

Em 2011, a RBS Participações S.A. obteve uma decisão favorável em um processo judicial relacionada ao pagamento de contribuições para a segurança social sobre a participação dos funcionários nos resultados. Como resultado desta decisão, que é final, a Companhia atualizou os valores depositados em relação a este processo, a fim de reconhecer a correção monetária no montante de R\$ 5.241. Os depósitos foram recebidos em outubro de 2011.

Nenhuma provisão para perdas foi registrada em relação a esse processo.

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos em coligadas

	RBS Administração e Cobrança Ltda.	Outplan Sistemas S.A.	GEO Eventos S.A.	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2009	4.945			75	5.020
Aquisição de investimento		2.700			2.700
Subscrição de capital de investimento		(2.700)	22.209		9.509
Variação cambial de investida localizada no exterior	(80)				(80)
Ajuste do lucro líquido em resultado da realização de ativos financeiros disponíveis para venda	(24)				(24)
Equivalência patrimonial	1.246		(12.738)	1	(11.491)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>6.087</u>		<u>9.471</u>	<u>76</u>	<u>15.634</u>
Em 31 de dezembro de 2010	6.087		9.471	76	15.634
Adiantamentos para futuro aumento de capital			29.080		29.080
Transação com acionistas - ágio em aquisição por etapas	(129)				(129)
Equivalência patrimonial	186		(12.268)	(2)	(12.084)
Alienação de investimento				(7)	(7)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>6.144</u>		<u>26.283</u>	<u>67</u>	<u>32.494</u>
% de participação - em 31 de dezembro de 2011	4,78		40		

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comentários sobre os investimentos

- (a) A Companhia e a Pluri Participações Ltda. (anteriormente denominada Sigla - Sistema Globo de Gravações Audiovisuais Ltda. ("Pluri")), assinaram um contrato para formar a GEO Eventos S.A. (anteriormente denominada "IZON Holding S.A.") ("GEO") com sede em São Paulo, para atuar no desenvolvimento de atividades de promoção, produção e eventos esportivos, entretenimento (música, estilo de vida e moda), eventos empresariais e eventos sob encomenda, assim como investir em outras empresas no Brasil e no exterior.

De acordo com o contrato assinado, a Pluri Participações Ltda. subscreveu 60% do capital da Eventos S.A. e a Companhia subscreveu os 40% restantes. A investida terá uma administração independente e a Companhia será representada em seu Conselho de Administração.

Em 13 de abril de, 2010, a Companhia fez a primeira integralização de capital na GEO no valor de R\$ 1.600.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia adquiriu 30% da Outplan Sistemas S.A. da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. pelo montante de R\$ 2.700 (valor contábil estatutário).

Em 30 de junho de 2010, a Companhia aumentou o capital da GEO em R\$ 4.089, através da transferência de 30% da Ouptlan Sistemas S.A. por R\$ 3.000 (equivalente a 567.999 ações ordinárias), e R\$ 1.089 através da transferência de um contrato de mútuo com a Outplan Sistemas S.A. O valor justo do investimento foi suportado por um laudo de especialistas.

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia aumentou o capital da GEO em R\$ 16.520.

Durante 2011, a Companhia realizou adiantamentos para futuro aumento de capital na GEO totalizando R\$ 29.080. Esse valor é apresentado líquido do saldo do investimento na GEO, em "Investimentos em coligadas".

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e estruturas</u>	<u>Moveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	9.446	19.335	3.094	28.309	1.051	4.140	65.375	746	66.121
Aquisições		1.576	1.471	5.426	855	5.422	14.750	21	14.771
Alienações, líquidas	(68)			(18)	(61)	(26)	(173)		(173)
Depreciação		(723)	(512)	(4.625)	(573)	(2.058)	(8.491)		(8.491)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>9.378</u>	<u>20.188</u>	<u>4.053</u>	<u>29.092</u>	<u>1.272</u>	<u>7.478</u>	<u>71.461</u>	<u>767</u>	<u>72.228</u>
Custo	9.378	41.585	10.915	129.489	5.330	18.532	215.229	767	215.996
Depreciação acumulada		(21.397)	(6.862)	(100.397)	(4.058)	(11.054)	(143.768)		(143.768)
Valor contábil líquido	<u>9.378</u>	<u>20.188</u>	<u>4.053</u>	<u>29.092</u>	<u>1.272</u>	<u>7.478</u>	<u>71.461</u>	<u>767</u>	<u>72.228</u>
Em 31 de dezembro de 2010	9.378	20.188	4.053	29.092	1.272	7.478	71.461	767	72.228
Aquisições		730	1.409	23.663	1.564	3.384	30.750	2.315	33.065
Alienações, líquidas		(337)	(115)	(363)	(518)	(191)	(1.524)		(1.524)
Transferências		1.648	45	162	339		2.194	(2.194)	
Depreciação		(634)	(612)	(4.851)	(673)	(2.297)	(9.067)		(9.067)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>9.378</u>	<u>21.595</u>	<u>4.780</u>	<u>47.703</u>	<u>1.984</u>	<u>8.374</u>	<u>93.814</u>	<u>888</u>	<u>94.702</u>
Custo	9.378	42.987	12.014	152.103	6.246	20.825	243.553	888	244.441
Depreciação acumulada		(21.392)	(7.234)	(104.400)	(4.262)	(12.451)	(149.739)		(149.739)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>9.378</u>	<u>21.595</u>	<u>4.780</u>	<u>47.703</u>	<u>1.984</u>	<u>8.374</u>	<u>93.814</u>	<u>888</u>	<u>94.702</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Revisão e ajuste da vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM no 619/09 e pela Resolução CFC no 1.263/09, a Companhia concluiu em 2009 sua primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Em dezembro de 2011 e 2010, a Administração reviu o estudo realizado em 2009 e concluiu que nenhuma alteração na vida útil de seu imobilizado era necessária.

(b) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2011, a RBS Participações S.A. e controladas ofereceram imobilizado no valor de R\$ 4.171 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 5.866) em garantia de processos judiciais.

15 Ativos intangíveis

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Licenças</u>	<u>Filmes e produção</u>	<u>Concessões</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	5.181	844	240	181	4	6.450
Aquisições	1.756	225				1.981
Amortização	(2.586)			(11)	(3)	(2.600)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>4.351</u>	<u>1.069</u>	<u>240</u>	<u>170</u>	<u>1</u>	<u>5.831</u>
Custo	15.696	1.069	240	480	18	17.503
Amortização acumulada	(11.345)			(310)	(17)	(11.672)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2010	<u>4.351</u>	<u>1.069</u>	<u>240</u>	<u>170</u>	<u>1</u>	<u>5.831</u>
Em 31 de dezembro de 2010	4.351	1.069	240	170	1	5.831
Aquisições	4.568	174				4.746
Amortização	(2.300)			(11)	(1)	(2.312)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>6.623</u>	<u>1.243</u>	<u>240</u>	<u>159</u>		<u>8.265</u>
Custo	20.296	1.243	240	480	18	22.277
Amortização acumulada	(13.673)			(321)	(18)	(14.012)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>6.623</u>	<u>1.243</u>	<u>240</u>	<u>159</u>		<u>8.265</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Debêntures

	<u>Taxas de juros</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Moeda nacional		
Debêntures	CDI mais <i>spread</i> de 2,5%	319.839
Outros		11
Custo de emissão das debêntures		<u>(1.609)</u>
		318.241
Circulante		<u>(19.849)</u>
Exigível a longo prazo		<u>298.392</u>

Em 12 de julho de 2011, a Companhia emitiu, através de distribuição pública e esforços restritos de colocação, 300 debêntures ordinárias simples, não conversíveis em ações, com vencimento final em 12 de julho de 2021. O valor do principal das debêntures é de R\$ 1,0 cada, totalizando R\$ 300.000, tendo juros equivalentes à variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e mais 2,5% de *spread* por ano pagos anual. Resgates antecipados, parciais ou totais, serão permitidos a partir do 13 mês, nesse caso, a taxa de resgate será paga de acordo com um cronograma de resgates antecipados. As debêntures são garantidas pela RBS- Zero Hora Editora Jornalística S.A.

De acordo com os termos da oferta das debêntures, exige-se a observância de determinadas cláusulas restritivas por parte da Companhia e da RBS - Zero Hora Jornalística S.A. Todas essas cláusulas restritivas estão sendo cumpridas.

17 Provisões

A RBS Participações S.A. e controladas são partes envolvidas em processos cíveis e trabalhistas que surgiram no curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis estimadas desses processos foram reconhecidas com base na opinião dos consultores legais externos e internos. Durante o ano findo em 30 de junho de 2011, a RBS Participações S.A. e suas controladas pagaram, como resultado de decisões judiciais desfavoráveis ou acordos, o montante de R\$ 2.065 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.510).

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e tributária. As provisões para as ações com perda provável foram registradas com base na opinião de assessores jurídicos internos e externos.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para perdas prováveis

	31 de dezembro	
	2011	2010
Processos trabalhistas e previdenciários	2.741	4.098
Processos cíveis	<u>1.452</u>	<u>1.251</u>
	<u>4.193</u>	<u>5.349</u>
Depósitos judiciais		
(-) Processos trabalhistas e previdenciários	(2.274)	(2.499)
(-) Processos cíveis	<u>(1.064)</u>	<u>(1.032)</u>
Passivo não circulante	<u>855</u>	<u>1.818</u>

- . Processos trabalhistas e previdenciários - consistem principalmente em litígios referentes a valores pagos por ocasião da rescisão do contrato de trabalho de empregados.
- . Processos cíveis referem-se principalmente a programas de notícias veiculados ou publicados pela RBS Participações S.A. e controladas.

A movimentação na provisão para perdas prováveis foi a seguinte:

	31 de dezembro	
	2011	2010
No início do exercício	5.349	5.561
Aumento	909	2.298
Valores pagos	<u>(2.065)</u>	<u>(2.510)</u>
No fim do exercício	<u>4.193</u>	<u>5.349</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis

A RBS Participações S.A. e controladas são partes passivas em certos processos cíveis, trabalhistas e fiscais, que são estimados como perdas possíveis com base na opinião dos consultores legais internos e externos. Nenhuma provisão foi reconhecida para esses processos e os valores dos processos cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	31 de dezembro	
	2011	2010
Processos cíveis	2.471	2.001
Processos trabalhistas	816	1.400
Processos tributários	11.680	
	14.967	3.401

Processo cível contra o ECAD

A RBS Participações S.A. é coautora da ação cível contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). A Companhia busca a revisão dos atuais critérios usados no cálculo e pagamento de royalties originados da transmissão de músicas estrangeiras e nacionais em sua programação. A Companhia já fez depósitos judiciais no valor de R\$ 6.752 referente à parcela de royalties que não está sob discussão. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a perda no valor de R\$ 3.321 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 3.027) referente aos royalties em discussão é possível.

Autuação fiscal - IOF

Em dezembro de 2010, a Companhia recebeu um auto de infração no valor de R\$ 11.680 relativo ao Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações financeiras entre a Companhia e a RBS Administração e Cobranças Ltda. A administração recorreu da autuação. Com base na opinião da administração e dos seus consultores jurídicos e fiscais, a probabilidade de perda decorrente da presente autuação é considerada possível e, portanto, nenhuma provisão foi registrada em relação a essa questão.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital da RBS Participações S.A. é representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras estatutárias, após a destinação para a reserva legal de um valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital. A reserva legal não foi constituída já que o saldo dessa reserva mais as reservas de capital somariam 30% do capital, conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 2011, o limite de 20% do capital foi alcançado e nenhum valor foi alocado para a reserva legal.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os lucros acumulados disponíveis para distribuição são restritos aos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais estatutárias da RBS Participações, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras também são as demonstrações financeiras primárias para fins de determinação do imposto de renda e contribuição social.

(b) Reservas de lucro

A Assembleia Geral de Acionistas, que aprovou as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, irá decidir sobre a apropriação da reserva de lucro, com o objetivo de estar em acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que as reservas de lucro não devem ultrapassar o valor do capital.

(c) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo anual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras estatutárias, após a destinação para a reserva legal de um valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração decidiu distribuir dividendos no valor de R\$ 15.000 (pagos) e um dividendo mínimo proposto de R\$ 11.989, referente ao exercício de 2010, conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2011.

No segundo e terceiro trimestres de 2011, o Conselho de Administração decidiu distribuir dividendos intermediários no valor de R\$ 14.856 e R\$ 12.002, respectivamente, conforme definido no estatuto da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração decidiu distribuir dividendos no valor de R\$ 26.138 (pagos) e um dividendo proposto adicional de R\$ 63.518, referente ao exercício de 2011. Portanto, o total de dividendos propostos em 2011 foi R\$ 89.656. Todos os dividendos estão sujeitos a voto na Assembleia Geral Ordinária.

	31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	104.552	107.958
(-) Reserva legal		
Base de distribuição	104.552	107.958
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	26.183	26.989
Dividendos pagos e dividendos intermediários pagos	52.996	15.000
Dividendo adicional proposto	36.660	11.989
Dividendo proposto além do dividendo mínimo obrigatório	63.518	

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 15).

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	104.552	107.958
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>20.000.000</u>	<u>20.000.000</u>
Lucro básico e diluído por ação	<u>5,23</u>	<u>5,40</u>

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

20 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Vice-Presidente Executivo. A Administração efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva geográfica.

Esses segmentos representam importantes indicadores de gestão, tomada de decisão e recursos de investimentos para a alta administração da Companhia.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as práticas contábeis e controles internos são aplicados em todos os segmentos.

	31 de dezembro de 2011		
	Estado do Rio Grande do Sul	Estado de Santa Catarina	Consolidado
Receitas operacionais	310.733	173.724	484.457
Custos operacionais	(139.365)	(79.485)	(218.850)
Despesas operacionais	(65.929)	(38.161)	(104.090)
EBITDA	114.876	58.020	172.896
Resultado financeiro	1.771	(100)	1.671
Outros	(12.971)		(12.791)
Imposto de renda e contribuição social	(59.004)	13.339	(45.665)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	35.234	69.318	104.552
Ativo circulante	358.348	44.492	402.840
Total do ativo	450.453	223.892	674.345
Total do passivo	398.838	39.821	438.659
Patrimônio líquido	51.615	184.071	235.686

	31 de dezembro de 2010		
	Estado do Rio Grande do Sul	Estado de Santa Catarina	Consolidado
Receitas operacionais	309.166	154.404	463.570
Custos operacionais	(145.215)	(63.740)	(208.955)
Despesas operacionais	(60.133)	(34.353)	(94.486)
EBITDA	113.165	58.055	171.220
Resultado financeiro	(6.793)	(392)	(7.185)
Outros	(12.525)		(12.525)
Imposto de renda e contribuição social	(21.099)	(11.362)	(32.461)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	63.401	44.557	107.958
Ativo circulante	64.935	33.398	98.333
Total do ativo	140.848	166.696	307.544
Total do passivo	92.140	31.033	123.173
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	48.708	135.663	184.371

**RBS Participações S.A.
e empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receitas e despesas por natureza

(a) Receitas operacionais

A reconciliação das receitas operacionais com a receita líquida é como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receita bruta		
Propaganda	486.103	453.875
Outros	24.596	38.960
Cancelamentos e devoluções	(6.476)	(9.584)
Impostos sobre receitas	(19.766)	(19.681)
	<u>484.457</u>	<u>463.570</u>
Receita Líquida	<u>484.457</u>	<u>463.570</u>

(b) Despesas por natureza

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Com pessoal	(114.567)	(102.287)
Administrativas		
Despesas gerais indiretas	33.000	24.159
Consultores	(11.143)	(9.100)
Despesas com viagens	(5.740)	(4.974)
Segurança e conservação	(5.085)	(4.299)
Outros	(5.416)	(4.295)
Operacionais		
Logística	(119)	(46)
Aluguéis	(2.222)	(1.970)
Cobrança	(47)	(48)
Energia elétrica, conexão de Internet e telefone	(4.349)	(4.014)
Outros	(6.576)	(5.290)
Com vendas		
Comissões e bônus	(8.710)	(9.284)
Outros	(50.703)	(45.645)
Técnicas	(1.832)	(1.775)
Produção		
Eventos	(16.436)	(18.218)
Programação e outras	(97.567)	(92.355)
Promoção	(12.746)	(12.295)
Depreciação e amortização	(11.379)	(11.091)
Outras despesas	(1.303)	(614)
	<u>(322.940)</u>	<u>(303.441)</u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesa de benefícios a empregados

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Salários e outros benefícios	(83.200)	(76.585)
Custos previdenciários	(23.038)	(18.984)
Custos de planos de pensão - planos de contribuição definida (nota 24)	(2.841)	(2.785)
Outros	(5.488)	(3.933)
	<u>(114.567)</u>	<u>(102.287)</u>

23 Receitas e despesas financeiras

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	17.476	267
Variações monetárias ativas	35	32
Juros sobre impostos e depósitos judiciais	5.308	3
Outras receitas financeiras	263	360
	<u>23.083</u>	<u>662</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(19.839)	(1.727)
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(39)	(16)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (nota 8)	(27)	(5.621)
Juros sobre impostos	(234)	(471)
Outras despesas financeiras	(1.273)	(12)
	<u>(21.412)</u>	<u>(7.847)</u>
	<u>1.671</u>	<u>(7.185)</u>

24 Fundo de pensão

A RBS Participações S.A. e controladas, juntamente com outras coligadas (coletivamente referidas como "Patrocinadoras") fundaram a RBS Prev-Sociedade Previdenciária, um fundo de pensão privado ("Fundo"), para fornecer benefícios complementares de pensão e por invalidez além daqueles pagos pelo Sistema Nacional de Previdência Social. O Fundo foi aprovado pelo Ministério da Previdência Social em outubro de 1996 e foi implementado a partir de 10. de janeiro de 1997.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Fundo é um plano de contribuição definida, com contribuições das Patrocinadoras e participantes calculados com base em valores e percentuais variáveis a critério de cada participante.

As contribuições normais das Patrocinadoras são baseadas em até 300% da contribuição básica dos participantes, dependendo da idade do participante. Essas contribuições cessarão automaticamente se o participante sair da Companhia por qualquer razão, atingir a idade de aposentadoria, falecer ou ficar inválido. Os benefícios de serviço passado serão custeados pelas Patrocinadoras durante 20 anos através de pagamentos mensais ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Além disso, as Patrocinadoras podem optar por fazer contribuições adicionais a qualquer tempo, e as contribuições normais e adicionais podem ser revistas pelas Patrocinadoras em fevereiro de cada ano. As Patrocinadoras também podem reduzir ou suspender temporariamente suas contribuições, mantendo apenas aquelas necessárias para cobrir os benefícios mínimos mencionados abaixo, os pagamentos referentes aos benefícios de serviço passado e os custos administrativos do Fundo. Em 2008 as Patrocinadoras decidiram fazer contribuições adicionais para cobrir benefícios de serviço passado.

O plano concede a todos os participantes um benefício de aposentadoria mínimo igual a um valor máximo de 3 vezes o salário mensal do participante para participantes com 30 anos de serviço quando da aposentadoria. Participantes com menos de 30 anos de serviço têm direito a um valor proporcional, com base em seus anos de serviço. Exceto por esse benefício mínimo, as Patrocinadoras não têm qualquer responsabilidade por garantir o nível mínimo dos benefícios aos participantes quando eles saem da Companhia.

As contribuições das empresas consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 2.841 (exercício findo em 31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.785).

As demonstrações financeiras do Fundo são examinadas por auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2011, as reservas atuariais resultaram em um superávit do Fundo de R\$ 2.093 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.028).

25 Imposto de renda e contribuição social

O conceito de declaração consolidada de imposto de renda para empresas que compreendem um grupo, como a RBS Participações S.A. e controladas, não existe no Brasil. Cada companhia mantém seus próprios registros fiscais e registra suas declarações de impostos. As informações fiscais nas declarações financeiras consolidadas e nesta nota são, portanto, um resumo das informações referentes às companhias inclusas nas demonstrações financeiras consolidadas.

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos não controladores	151.104	141.453
Alíquota - %	34	34
	(51.375)	(48.094)
Efeitos das diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis	(2.802)	(2.126)
Receita não tributável	(1.740)	(2.022)
Crédito por propaganda eleitoral (Nota 2.14)	9.494	20.183
Outros	758	(402)
Despesa do exercício	(45.665)	(32.461)
Corrente	(30.374)	(21.730)
Diferido	(15.291)	(10.731)
	(45.665)	(32.461)
Alíquota efetiva	30,22%	22,94%

(b) Natureza dos saldos

	31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos de renda a pagar		
Passivo circulante		
Contribuição social a pagar	2.324	51
Imposto de renda a pagar	2.460	113
	4.784	164

A movimentação no imposto de renda diferido ativo e passivo durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	Provisões	Perdas por impairment	Prejuízos fiscais	Total
Imposto diferido ativo				
Em 31 de dezembro de 2009	2.595	206	102.323	105.124
Creditado/(debitado) à demonstração do resultado	(948)	(97)	(7.873)	(8.918)
Em 31 de dezembro de 2010	1.647	109	94.450	96.206
Creditado/(debitado) à demonstração do resultado	66	30	(13.283)	(13.187)
Em 31 de dezembro de 2011	1.713	139	81.167	83.019

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Efeitos contábeis da Lei 11.638/07
Imposto diferido passivo	
Em 31 de dezembro de 2009 (Debitado)/creditado à demonstração do resultado	1.651 <u>1.813</u>
Em 31 de dezembro de 2010 (Debitado)/creditado à demonstração do resultado	3.464 <u>2.104</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u><u>5.568</u></u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, referentes aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2011, a RBS Participações S.A. reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a seus prejuízos fiscais no valor de R\$ 81.167. A realização dos benefícios dos prejuízos fiscais é considerada provável, com base nas projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando a lucratividade histórica das empresas incorporadas.

A Companhia espera realizar o imposto diferido ativo como segue:

<u>Ano</u>	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2011		10.226
2012	7.538	8.716
2013	7.083	11.715
2014	3.456	8.549
2015	5.977	13.979
2016	5.060	12.461
2017	4.403	14.626
2018	2.659	11.872
2019	6.231	4.062
2020	6.710	
2021	<u>33.902</u>	
	<u><u>83.019</u></u>	<u><u>96.206</u></u>

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da RBS Participações S.A. e controladas e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização do imposto de renda diferido ativo não deve ser tomada como único indicativo de lucros futuros da RBS Participações S.A. e controladas.

RBS Participações S.A., incluída nessas demonstrações financeiras combinadas preparadas para fins específicos, também tem prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para compensação com lucros tributáveis futuros limitada anualmente a 30% desses lucros nas respectivas empresas, sem prazo de prescrição, como apresentado abaixo:

	31 de dezembro	
	2011	2010
RBS Participações S.A.		
Prejuízos fiscais	424.230	459.590
Base negativa de contribuição social	373.584	419.107
RBS - Comércio e Licenciamento de Marcas Ltda.		
Prejuízos fiscais	1.326	1.277
Base negativa de contribuição social	1.326	1.277

Os respectivos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em relação aos créditos acima, os quais incluem impostos relacionados a diferenças temporárias, serão registrados quando houver suficiente evidência de que sua realização é provável.

26 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, algumas empresas incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no. 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Essas empresas incluíram o seguinte nesse programa: autuação fiscal do ano de 1995 (R\$ 377) e dívidas referentes ao imposto de renda retido na fonte e contribuição social junto à Secretaria da Receita Federal (R\$ 760). Considerando os benefícios do programa, a dívida total foi reduzida de R\$ 1.137 para R\$ 699. Além disso, as empresas liquidaram multas e juros com prejuízos fiscais (R\$ 394).

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Seguros

A política de gestão de risco de seguro das empresas consolidadas busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2011, a RBS Participações S.A. e controladas tinham as seguintes principais apólices de seguro contratadas de terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado	141.269
Responsabilidade civil	8.773
Riscos diversos	37.394

28 EBITDA

As práticas contábeis adotadas no Brasil não especificam uma definição de EBITDA. A Administração da RBS Participações S.A. define EBITDA de acordo com a tabela abaixo, que é consistente com a definição no Memorando de Oferta emitido pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. em 22 de junho de 2007, garantido pela RBS Participações S.A. e pela Rádio Gaúcha S.A., conforme comentado na Nota 11 (c):

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	161.517	160.129
Depreciação e amortização	<u>11.379</u>	<u>11.091</u>
EBITDA	<u>172.896</u>	<u>171.220</u>

29 Garantias e avais

A RBS Participações S.A. e controladas frequentemente fornecem garantias e avais para financiamentos contratados por coligadas e partes relacionadas. Os valores dessas garantias e avais são compatíveis com os ativos e passivos dos avalistas e empresas garantidas, respectivamente (ver Nota 11).

RBS Participações S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Direitos de transmissão de campeonatos de futebol

Para assegurar direitos de transmissão em anos futuros, a RBS Participações S.A. assinou contratos referentes aos Campeonatos de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina de 2012 a 2016.

Em 9 de junho de 2010, a Companhia celebrou um contrato para a renovação até o ano de 2016 dos direitos de transmissão relativos ao Campeonato de futebol do Estado do Rio Grande do Sul, pagando antecipadamente o montante de R\$ 11.700 (31 de dezembro de 2011 - Despesas do exercício seguinte, ativo circulante - R\$ 2.340; não circulante - R\$ 9.360).

31 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2012, a RBS Participações S.A. e a Pluri Participações Ltda. (uma empresa do grupo Globo), os únicos acionistas da GEO Eventos S.A., decidiram encerrar os seus investimentos nessa empresa. Como resultado, a RBS Participações S.A. se tornará a acionista majoritária da HSM do Brasil S.A., em continuidade com o seu plano de investimento no segmento de educação executiva.

* * *